



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 182561-2/01 – Comarca de Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** João Alberto Magalhães de Siqueira

5527

**EMENTA:** DIREITO TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE O ABONO DE PERMANÊNCIA EM SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE. BENEFÍCIO DE NATUREZA COMPENSATÓRIA. SÚMULA Nº 49 DO TJPE. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL REJEITADA UNANIMEMENTE. RECURSO IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE. 1. À unanimidade de votos, entendeu-se pela competência da Justiça Estadual para processar e julgar o feito em apelo, ao argumento de que, nos termos do art. 157, I, da CF/88, a receita oriunda do recolhimento de Imposto de Renda incidente na fonte pertence ao Estado responsável pelo desconto. 2. Mérito. O Abono de Permanência em serviço é benefício que ostenta natureza compensatória, com vistas a incentivar o segurado que, tendo direito a aposentadoria por tempo de serviço, opta por prosseguir em atividade laboral, contribuindo de forma direta para o equilíbrio das contas da Previdência Social. 3. Dúvida não há, portanto, de que a aludida indenização especial, da mesma forma que as férias e a licença prêmio não gozadas, não configura acréscimo patrimonial de qualquer natureza ou renda e, portanto, não é fato imponible à hipótese de incidência do Imposto de Renda, tipificada no art. 43 do CTN. 4. Inteligência da Súmula nº 49 deste Sodalício. 5. Recurso de Agravo improvido sem discrepância de votos.



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 182561-2/01, em sessão realizada no dia 24 de 02 de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em negar-lhe provimento de forma unânime, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife 04 de 02 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator**



21  
046

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 182561-2/01 – Comarca de Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** João Alberto Magalhães de Siqueira

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo em face de decisão monocrática que, com supedâneo no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao apelo em apenso para reconhecer o descabimento da incidência do Imposto de Renda sobre o Abono de Permanência, bem como para determinar a restituição dos valores indevidamente retidos, acrescidos dos juros moratórios e da correção monetária.

Em suas razões, de fls. 02/12, argúi o Estado agravante, preliminarmente, a incompetência absoluta da Justiça Estadual, e, no mérito, requer a reforma da decisão vergastada, sob o argumento de que o IR incide sobre o abono de permanência, em virtude deste consistir em um acréscimo patrimonial, com um aumento, visível e incontroverso, da renda do servidor.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 04 de 02 de 2010

**José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 182561-2/01 – Comarca de Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** João Alberto Magalhães de Siqueira

**VOTO DA PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA**

Assevera o suscitante que, em matéria de Imposto de Renda, a competência legislativa é exclusiva da União, não cabendo ao Estado-membro usurpar tal competência, sob pena de afronta ao pacto federativo, consagrado no art. 1º da CF/88.

Como já destacado na decisão recorrida, não merece guarida a prefacial de incompetência absoluta da Justiça Comum Estadual, uma vez que, nos termos do art. 157, I, da CF/88, a receita oriunda do recolhimento de Imposto de Renda incidente na fonte pertence ao Estado responsável pelo desconto.

A jurisprudência do STJ é uníssona no sentido de afirmar a competência da Justiça Estadual em casos análogos ao ora em apreço, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ART. 157, I, DA CF/1988. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que compete à Justiça Estadual processar e julgar ação em que servidor público estadual visa a restituir as quantias de Imposto de Renda retidas na fonte, pois cabe aos Estados a sua retenção, sendo os referidos entes os destinatários do tributo, nos termos do art. 157, I, da Constituição Federal. 2. Agravo Regimental não provido (AgRg no AgRg no RESp 1069282 / RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, T2 - SEGUNDA TURMA, DJ 26/05/2009).

Ante o exposto, rejeito a preliminar suscitada.

É como voto.

Recife, 04 de 02 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



23  
048

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 182561-2/01 – Comarca de Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** João Alberto Magalhães de Siqueira

**VOTO DE MÉRITO**

Não merecem prosperar as alegações do ora agravante, senão vejamos.

Consoante a legislação de regência da matéria em análise, isto é, o art. 40, §19, da CF/88 (com redação dada pela EC nº 41/2003) e o art. 7º da Lei nº 10.887/2004, o servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um Abono de Permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

Desta forma, tem-se que o Abono de Permanência em serviço é benefício que ostenta natureza compensatória, com vistas a incentivar o segurado que, tendo direito a aposentadoria por tempo de serviço, opta por prosseguir em atividade laboral, contribuindo de forma direta para o equilíbrio das contas da Previdência Social.

Dúvida não há, portanto, de que a aludida indenização especial, da mesma forma que as férias e a licença prêmio não gozadas, não configura acréscimo patrimonial de qualquer natureza ou renda e, portanto, não é fato imponible à hipótese de incidência do Imposto de Renda, tipificada no art. 43 do CTN.

O entendimento exposto, inclusive, já se encontra sumulado neste Tribunal de Justiça, senão vejamos:

**Súmula 049 do TJPE.** Não incide Imposto de Renda sobre o abono de permanência pago a servidor público

No mesmo sentido, a jurisprudência do STJ, conforme ementa abaixo transcrita:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ABONO PERMANÊNCIA. CF, ART. 40, § 19. IMPOSTO DE RENDA. NÃO INCIDÊNCIA. CPC, ART. 535. OFENSA NÃO CARACTERIZADA. CPC, ART. 273. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211/STJ. I - Não ficou demonstrada a alegada violação ao art. 535, do Código de Processo Civil. II - Não



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

24  
049

está prequestionada a matéria atinente aos requisitos para a antecipação dos efeitos da tutela (CPC, art. 273), sendo inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo (Súmula 211/STJ). III - O constituinte reformador, ao instituir o chamado "abono permanência" em favor do servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, em valor equivalente ao da sua contribuição previdenciária (CF, art. 40, § 19, acrescentado pela EC 41/2003), pretendeu, a propósito de incentivo ao adiamento da inatividade, anular o desconto da referida contribuição. Sendo assim, admitir a tributação desse adicional pelo imposto de renda, representaria o desvirtuamento da norma constitucional. IV - Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1021817 / MG, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJ 19/08/2008).

Feitas essas considerações, voto pelo improvimento do presente Recurso de Agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife 04 de 02 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**